

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012.
(Do Sr. Deputado Mendonça Filho)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre eventuais prejuízos para a Petrobrás nas negociações envolvendo a refinaria Pasadena Refining System Inc..

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, pedido de informações sobre eventuais prejuízos para a Petrobrás nas negociações envolvendo a refinaria Pasadena Refining System Inc., conforme reportagem publicada na Revista VEJA, em especial aos seguintes questionamentos:

1. Quais os critérios técnicos que levaram a Petrobrás a adquirir uma refinaria estrangeira supostamente ultrapassada e que não possui condições técnicas para processar o petróleo brasileiro?

2. A decisão de investir na refinaria foi objeto de deliberação do Conselho da estatal ou mera decisão da sua presidência?

3. Quais foram os responsáveis pelos pareceres técnico-jurídicos que fundamentaram a aquisição de 50% da Pasadena Refining System Inc? E pelo contrato de investimento com a Astra Oil para modernizar a refinaria?
4. Quais as razões alegadas pela empresa Astra Oil para romper o contrato com a Petrobrás, o que teria obrigado a estatal a indenizar a antiga sócia em US\$ 839 milhões?
5. A Petrobrás está de fato tentando vender a refinaria? Já existe alguma proposta firme? Em caso afirmativo, favor detalhá-la.
6. A Petrobrás já avalia a possibilidade de prejuízo nas negociações envolvendo a refinaria Pasadena Refining System Inc.? Em caso positivo, como a empresa pretende administrar tais perdas?

Quaisquer documentos, se houver, que sejam remetidos com a chancela de “sigilosos” terão exibição restrita apenas a este requerente, aplicando-se o disposto nos §4º e §5º do art. 98 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

JUSTIFICATIVA

A Revista VEJA, de 19 de dezembro de 2012, revelou que a Petrobrás deverá amargar um prejuízo bilionário em razão do mal sucedido processo de compra e venda da refinaria americana Pasadena Refining System Inc.

Segundo a reportagem, em janeiro de 2005, a empresa belga Astra Oil comprou a totalidade da Pasadena Refining System Inc., que estava

desativada, por US\$ 42,5 milhões. Em 2006, os belgas venderam metade das ações da refinaria para a Petrobrás por US\$ 360 milhões, ou seja, com uma valorização de mais de 1500%.

Não bastasse o valor exorbitante pago pela Petrobrás, descobriu-se que a refinaria não estava preparada para processar o petróleo brasileiro, o óleo pesado produzido na Bacia de Campos. Assim, belgas e brasileiros fizeram um contrato para dividir um investimento de US\$ 1,5 bilhão para modernizar a refinaria. Se houvesse distrato, uma das partes teria de reembolsar a outra. Sobre o negócio, a Astra Oil considerou que “foi um triunfo financeiro acima de qualquer expectativa razoável”.

Em 2008, como houve desentendimento entre as empresas, os belgas açãoaram a sócia a pagar U\$ 700 milhões. Em junho deste ano, perdendo a causa, a Petrobrás se viu obrigada desembolsar US\$ 839 milhões.

Disposta a se livrar de uma refinaria pequena, velha e que não serve para processar o petróleo brasileiro, a Petrobrás foi ao mercado. Recebeu, todavia, uma única proposta, da multinacional americana Valero, que propôs US\$ 180 milhões para assumir o controle da Pasadena. Portanto, mesmo que a venda à Valero seja bem sucedida, a estatal brasileira amargará quase R\$ 1 bilhão em perdas.

Segundo VEJA, o escândalo gerencial é alvo de uma auditoria no Tribunal de Contas da União. O procurador do TCU Marinus Marsico diz que "tudo indica que a Petrobras fez concessões atípicas à Astra. Isso aconteceu em pleno ano eleitoral". Também de acordo com a revista, a primeira a levantar dúvidas sobre a transação foi a presidente Dilma Rousseff, em 2008, quando era ministra da Casa Civil e comandava a conselho de administração da estatal. Contudo, nunca mais tocou no assunto.

A gravidade dos fatos justifica a atuação institucional do Congresso Nacional. E esta Casa deve estar atenta a esse desastroso negócio, certamente um dos piores da história da empresa e que deverá gerar um prejuízo de até

US\$ 1 bilhão à estatal e aos seus acionistas, entre eles, o maior, o governo brasileiro, que representa todos os cidadãos do Brasil.

Assim, em nome da transparência e da moralidade na gestão da coisa pública, do respeito ao erário e do bem-estar da sociedade brasileira é que apresentamos o presente requerimento de informação.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2012.

**MENDONÇA FILHO
DEPUTADO FEDERAL**